

A ARQUE-GENEALOGIA DE MICHEL FOUCAULT COMO DIAGNÓSTICO DO SUJEITO ÀS SENDAS DO DUPLO PODER-SABER NA MODERNIDADE

*Mateus Weizenmann**

Resumo: A arqueologia de Foucault identifica contiguidades entre as ciências da vida, do trabalho e da linguagem na construção dos parâmetros do verdadeiro e do falso nos percursos da modernidade, situando diferentes *epistemes* a conformar enunciados válidos a cada contexto. Para tanto, o filósofo elide noções de progresso e finalismo histórico, preterindo as essências eternas em nome das contingências que temporariamente se sustentam. Seu trabalho é crivado pela preocupação em diagnosticar o presente e, sobretudo, o estatuto do sujeito, desde as condições epistemológicas que o fazem objeto para si com as ciências humanas, às tramas políticas que calculam seus passos por adestramento. No contexto da genealogia supõe os pressupostos analisados no decênio anterior, vinculando-os às morfologias de poder. Neste interim, investiga o poder como construtor de verdades, rejeitando a estrita consideração de uma instância repressora. O poder é descentralizado e só funciona porque está impregnado em todas as relações. Não é adquirido, transferido, tampouco da ordem do contrato. Sua identificação se dá na singularidade de seus pontos de ação, funcionando como engrenagem e estratégia. Inapreensível, inalienável e intransferível, extrapola a esfera jurídica e as ordens econômicas. A fim de adentrar seu funcionamento, o filósofo adota postura do que chama ser o "intelectual específico", pretendendo dar voz ao foco donde mais espontaneamente incidem os poderes, sem a pretensão de se converter em consciência alheia, e o faz através de engajamentos políticos nos anos setenta. O presente procura entrecruzar o arcabouço epistemológico da arqueologia com formas às quais o poder circula na temática genealógica, tramando apoios e não substituições, a fim de situar o sujeito em suas amarras modernas com a leitura de Michel Foucault.

Palavras-chave: sujeito, poder, saber, arqueologia, genealogia.

A trajetória intelectual de Foucault provocou ao menos desde a publicação de sua tese doutoral *História da Loucura na Idade Clássica* de 1961, controvérsias à leitura tradicional da história e a irrupção de conflitos com

* Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. mateusmw@hotmail.com

arraigados conceitos que se pretendiam centrais na constituição do conhecimento e no estatuto do ser e fazer filosóficos. Aquém de uma tradição que posiciona a racionalidade sob o signo do progresso, subverte a noção de linearidade com vistas a historicidades descontínuas, tal como fizeram Bachelard e Canguilhem com as ciências físicas e biológicas. Para tanto, o filósofo trava uma batalha contra os universais e a identificação entre o progresso científico e a conquista de certezas.

Se a história se constrói por meio de fluxos descontínuos donde o receituário de essências eternas torna-se inócuo ao plano de sua epistemologia não metafísica, além de uma razão estanque a própria condição da verdade é atacada. Foucault rejeita a concepção de que a permanência temporal de uma ideia sinalize a verdade, ou que a mesma esteja ancorada naquilo que habitualmente pensamos ser um conhecimento objetivo, porquanto assenta a própria objetividade em critérios morais, sob a efigie do poder e à esteira de acontecimentos aleatórios. Com vistas à epistemologia bachelardiana, subverte a noção de “verdade”, absoluta, universal, pelo rastreamento do “verdadeiro”, noção que difere da primeira, já que se supõe imersa em uma composição temporária, mediada por certo número de regras, conceitos fundadores, discursos e práticas, devidamente policiados por uma ordenação que a ninguém pertence, mas que a todos silenciosamente congrega, não de forma total, mas sob a perspectiva de uma discursividade dominante. Neste ínterim afirma:

É sempre possível dizer a verdade no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos¹.

¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 35.

Com isso, a noção de cortes epistemológicos desmantela uma teleologia histórica e um sentido imanente ao seu curso desde a origem dos tempos.

Em *Sujeito e poder*, texto de 1981, à razão universal desfere a sentença:

Seria mais prudente não considerarmos como um todo a racionalização da sociedade ou da cultura, mas analisa-la como um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade etc. Considero a palavra racionalização perigosa. O que devemos fazer é analisar racionalidades específicas mais do que evocar constantemente o progresso da racionalização em geral².

O referido escrito de 1981, que evoca a recusa aos universais, trata de especificar os temas e problemas levantados por Foucault no percurso de três décadas de intensa atividade de pesquisa. Apesar da aparência inconstante no que concerne aos métodos e centros gravitacionais de discussão desde a loucura ao cuidado de si, o filósofo afirma neste balanço de sua obra o tema o qual sempre espreitou: “meu objetivo (...) foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos³”. Assim, por um lado, o francês rechaça as filosofias assentadas na universalidade do sujeito, por outro, busca compreendê-lo em sua constituição, entendido não apenas como positividade congruente às singularidades próprias frente ao múltiplo ou ao bando, mas também na condição de objeto para si mesmo e, como tal, constituído como sujeito-sujeitado. Para tanto, primordial tarefa consiste em seguir a prescrição apresentada na primeira aula do curso *Nascimento da biopolítica* de 1979, donde afirma:

² FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder* (In.: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010), p. 276.

³ FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder* (In.: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010), p. 273.

Em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas⁴.

Em outras palavras, não cabe partir do sujeito constituído como conceito para derivar suas verdades, mas encontra-lo nas práticas dispersas que o erigiram como aquilo que se nos apresenta. Não se trata, pois, de negar a existência dos sujeitos e das coisas em si, mas de situar seus modos de aparecimento e de validação como saber às sendas das regras discursivas que sustentam o verdadeiro posto em ação. Conforme Paul Veyne:

A sexualidade, a loucura, isso existe realmente, não são invenções ideológicas. Por mais que se especule ao infinito, o homem continua a ser um animal sexuado, a fisiologia e o instinto sexual o provam. Tudo o que pensou sobre o amor ou a loucura ao longo dos séculos assinala a existência e como que o sítio de coisas em si. Contudo, não temos verdade adequada dessas coisas, pois só atingimos uma coisa em si por meio da ideia que dela formamos a cada época (...). Só a atingimos, portanto, como ‘fenômeno’, pois não podemos separar a coisa em si do ‘discurso’ por meio do qual ela está cingida em nós⁵.

Nem a coisa em si, nem o sujeito de conhecimento, moral e político, portanto. A história das objetivações que sustentam estes “em si” recebem do filósofo de Poitiers tratamentos distintos, mas complementares, entre os anos sessenta e os setenta. Seu itinerário é descrito como uma *arqueologia* do saber no primeiro caso e, no segundo como *genealogia* do poder. As influências de Kant e de Nietzsche são prioritárias em seu curso. Ao primeiro cabe ressaltar

⁴ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes: 2008, p. 5.

⁵ VEYNE, Paul. *Foucault, seu pensamento sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 22.

que concede espaço especial em sua tese complementar de 1961 dedicada à *Antropologia* do filósofo alemão, bem como, nos seus últimos anos, escreve o apologético artigo sobre o bicentenário de *Was ist Aufklärung?*. Com este afirma que a atitude de modernidade instaurada por Kant deve vigorar no discurso filosófico para além de seu tempo e é o que Foucault faz ao investigar o *a priori*, não mais subjetivo do conhecimento, mas histórico dos saberes e poderes que permitem diagnosticar o presente. Quanto a Nietzsche, mostra sua marca indelével no artigo *Nietzsche a genealogia e a história*, apontando critérios de método aquém de uma pesquisa das origens ideais ou de uma hermenêutica de sentido a cargo de um sujeito transcendental.

Creemos que nosso presente se apoia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos⁶.

Com Kant, portanto, renova uma crítica do duplo saber-poder, com Nietzsche quebra a solenidade das origens. Foucault torna-se ainda tributário dos literatos franceses como Roussel e Blanchot, da etnologia e da psicanálise lacaniana, postura afirmada em entrevista concedida ao periódico *Corriere della sera*, a 11 de setembro de 1981.

Se remonto aos anos 1950, na época em que o estudante que eu era lia as obras de Lévi-Strauss e os primeiros textos de Lacan, parece-me que a novidade era a seguinte: nós descobríamos que a filosofia e as ciências humanas viviam sobre uma concepção muito tradicional do sujeito humano, e que não bastava dizer, ora com uns, que o sujeito era radicalmente livre e, ora com outros, que ele era determinado por condições sociais. Nós descobrimos que era preciso procurar

⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p. 29.

libertar tudo o que se esconde por trás do uso aparentemente simples do pronome ‘eu’⁷.

Tais heranças são acolhidas em virtude de uma tentativa sabidamente incompleta de se distanciar dos elementos do discurso corrente para adentrar em algo como um inconsciente coletivo, sublinhando uma perspectiva outra que aquela de Descartes de um *cogito ergo sum* para transmuta-lo em um “algo pensa através de mim”.

No percurso dos anos sessenta Foucault situa historicamente as condições de possibilidade de um pensamento que erigiu o homem como sujeito e objeto de saberes, bem como núcleo de sentido do conhecimento. Contra as antropologias que caracterizam a personagem homem, entendido no sentido moderno como sujeito transcendental, o filósofo o apresenta como consequência de uma estrutura particularizada e, como tal, passível ao desvanecimento. Inexistem relações necessárias e imutáveis para nossa racionalidade tê-lo posto como o portador de sentido por excelência. Em *As palavras e as coisas*, através do conceito de *episteme*, situa o que é próprio ao conhecimento renascentista, ao classicismo cartesiano e à modernidade iluminista. Ao primeiro, a semelhança dita o quociente de verdade e sobre as coisas se encontrariam inscritos caracteres legíveis ao homem para uma esperada decifração de seus segredos. O segundo ministra a verdade por meio de classificações da realidade em critérios de medida e ordem, tal como sugerem as *Regras para a direção do espírito* de Descartes. Ao terceiro confere uma historicidade própria a cada objeto e o crivo do olhar do sujeito a mediar a verdade sobre o real.

Na *episteme* que se erige no fim do século XVIII o homem aparece como sujeito e objeto de conhecimento para si mesmo: a economia política

⁷ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos I*. Problemática do sujeito: psiquiatria, psicologia e psicanálise. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 331-332.

deixa de encarar a riqueza por meio da representação fornecida pela quantidade de moedas que se podia deter, e leva em consideração o trabalho como fonte de valor e, com ele, os acometimentos à população que trabalha. A biologia transforma a anterior catalogação da história natural em uma visão tridimensional. A natureza não é mais observada e disposta sob o quadro de uma *mathêsis universalis* e uma taxonomia geral a ordenar em gêneros e espécies, mas cada organicidade ganha uma história própria, ocorrendo, portanto, uma percepção do singular. A morte de cada um elucida a trajetória da vida e da vida individual. A linguagem não mais se exhibe como feixe de designação ideal e representativa das coisas, mas adentra o fenômeno da cultura, inscrevendo-se como aspecto mutante e simbólico dos núcleos humanos. A loucura, outrora encarcerada como entidade indiferenciada em relação aos outros sujeitos ditos anormais – homossexuais, prostitutas, ociosos, feiticeiros – desponta no *oitocento* como doença mental. Às ciências do valor, da vida e da linguagem refere-se Roberto Machado ao comentar *As palavras e as coisas*:

O conhecimento torna-se empírico; não é mais a análise de uma representação, não tem mais as ideias como objeto: torna-se sintético; seu objeto é uma coisa concreta, não mais ideal, mas real, tendo uma existência independente do próprio conhecimento⁸.

Na década de setenta a questão central será a de diagnosticar a penetração da mecânica do poder neste constituído homem moderno, como indivíduo e sociedade, corpo e multidão, datando suas análises, sobretudo, a partir do segundo meado do século XVIII. Foucault busca então rastrear a gênese moral subjacente aos discursos de verdade. Mais uma vez, contudo, há

⁸ MACHADO, Roberto. *Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 129.

de se retomar o supracitado escrito de 1981, donde afirma Foucault “não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de minha pesquisa⁹”.

O contexto da *genealogia* será balizado por princípios expostos em sua aula inaugural do *Collège de France*, pronunciada em dezembro de 1970. Foucault parte de uma análise dos procedimentos de exclusão que visam controlar as aparições discursivas em seus perigos e para tanto afirma:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade¹⁰.

A interdição, mais evidente e familiar destes procedimentos, promove o tabu do objeto, os rituais de circunstância, e o direito privilegiado e exclusivo de quem fala. Em outras palavras: como, em que situação, sob que caracteres, e através de quem se pode falar sobre determinadas questões, o que de antemão desqualifica possibilidades diversas de discussão. Embora mais visíveis, em sua análise, estes instrumentos perdem em importância para a vontade de verdade, vista a ocultação e o caráter ilusório por ela criado, travestindo em ilusões libertárias as sutilezas das formas de aprisionamento inerentes à estrutura discursiva em ação.

Habermas, em seu *Discurso Filosófico da Modernidade*, comenta a relação entre o funcionamento da verdade e seu primado volitivo, constatando que, na *genealogia*, Foucault a identifica como “um pérfido mecanismo de exclusão, já que só funciona sob a condição de permanecer oculta a vontade de verdade que nele se impõe em cada caso¹¹”. De fato a exclusão é um elemento

⁹ FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder* (In.: DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010), p. 274.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 9.

¹¹ HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 347.

constitutivo do saber, entretanto Foucault evita o caráter exclusivamente repressivo da análise, atribuindo ao poder uma força criadora. As hipóteses repressivas, tal como se refere às de Reich e Marcuse, supõem uma exterioridade do poder, como aquilo que desagrega o aparecimento da verdade sob a forma do constrangimento. A estas responde Foucault que “a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente¹²”, e este condicionamento não significa negação.

A hipótese repressiva está ancorada em uma tradição que pensa o poder apenas como constrangimento, negatividade e coerção. Com uma recusa sistemática em aceitar a realidade, como um instrumento repressivo, como uma proclamação da verdade, as forças do poder previnem ou, pelo menos, distorcem a formação do saber. O poder o faz suprimindo o desejo, alimentando a falsa consciência, promovendo a ignorância e utilizando uma série de outros artifícios. Já que teme a verdade, o poder deve suprimi-la¹³.

Deleuze sintetiza a novidade efetuada por Foucault sob a forma da inversão de seis postulados da leitura tradicional do poder: questão da propriedade, da localização, da subordinação, da essência ou do atributo, da modalidade e, por fim, da legalidade. Correspondendo à negação, respectivamente, das ideias de que: a) o poder pode pertencer a alguém; b) é localizado em um foco de onde emana; c) subordinado ao Estado e aos seus aparelhos, age exteriormente sobre os indivíduos; d) possui uma essência qualificadora, funcionando como metafísica que coroa o(s) representante(s); e) é repressor, existindo sob a forma da violência e da ideologia; f) a lei, expressão do poder do Estado, é manifestação da paz imposta à brutalidade da guerra, sua vigência reflete a vitória da ordem sobre a desordem.

¹² FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 11.

¹³ DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010), p. 171.

Podemos afirmar que a *genealogia* caracteriza o poder de forma descentralizada, ele se espalha e só funciona porque está impregnado em todas as relações. Não é adquirido, transferido, tampouco da ordem do contrato. Sua identificação se dá na singularidade de seus pontos de ação, funcionando, antes de tudo, como engrenagem e estratégia. “O poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação... longe de se exercer numa esfera geral ou apropriada, a relação de poder se insere em todo lugar onde existem singularidades¹⁴”.

A quebra da interpretação tradicional dos primados da “propriedade”, “localização” e “subordinação” evidencia o distanciamento das interpretações marxistas e dos teóricos contratualistas, cuja locação da força tornava-se visível na hierarquia social, mediada pelo uso de instituições específicas, ou sob a base de um ato fundador, como o contrato. Inapreensível, inalienável e intransferível, o poder não cabe à esteira jurídica ou a uma ordem estritamente econômica, o que o torna ainda mais escorregadio às pretensões do sujeito. “O poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, ele se exerce e só existe em ato. O poder não é primeiramente a manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força¹⁵”.

Com *Vigiar e punir* Foucault descreve a trajetória das penalidades conforme morfologias de poder situadas temporalmente. A divisão histórica admitida na *arqueologia* sob o conceito de *episteme* é coerente à adoção que aqui emprega, entretanto muda os objetos de análise e, se outrora privilegiou o saber, a pesquisa genealógica o vincula aos dispositivos de poder. A obra define que se em meio à soberania absoluta reinavam os suplícios como manifestação da disparidade de forças existente entre o príncipe e o “malfeitor”, no século XVIII este tipo de punição corporal abandona o espaço

¹⁴ DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 37-38.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 21.

da teatralidade visível. Sob a égide da soberania, os corpos supliciados deveriam, sobretudo, serem vistos, apreciados em seu sofrimento por uma legião de espectadores. O povo, contudo, por vezes se rebelava ante uma crueldade que poderia durar algumas semanas e exigiam que o carrasco abreviasse a morte do condenado. O ápice deste ritual, consistindo no pedido de clemência a Deus por parte do supliciado, se convertia, às vezes, em exortação contra as leis, à monarquia e à religião, por parte de alguém a quem a morte era certa e nada mais tinha a perder.

Ante a incerteza da eficácia deste tipo de condenação, já que o intento de punição exemplar se convertia por vezes em revoltas populares, bem como o rechaço à atrocidade e ao sistema de provas parciais para afirmar a pena, por parte de teóricos como Voltaire e Beccaria, o suplício é abolido. Foucault, entretanto, não relaciona o novo sistema de punições a um coeficiente maior de humanização para com os indivíduos. A disciplina é instituída como meio mais eficaz para prevenir o delito e fabricar o indivíduo dócil, correspondendo às novas disposições políticas que vão se formando com o advento do capitalismo.

O que se vai definindo não é tanto um respeito novo pela humanidade dos condenados quanto uma tendência para uma justiça mais desembaraçada e mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social¹⁶.

Neste ínterim reforça o aparecimento da individualidade no alvorecer do Iluminismo, mas não através de um coeficiente maior de racionalidade que se poderia supor como liberdade humana frente aos imperativos do Antigo Regime e sua filosofia metafísica. Sob as práticas que visam atingir todo e qualquer cidadão, e também uma nova sensibilidade à população, suas revoltas

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 66.

e a um sistema econômico que exige seu abrandamento surge o sujeito a disciplinar. O desaparecimento do corpo mutilado nos cadafalsos não há de representar um abandono ao corpo, pelo contrário, o teor dramático do sangue visível cede espaço ao esquadramento dos movimentos em seus mais ínfimos detalhes: a prisão recentemente universalizada enaltece o olhar e faz do corpo objeto unitário apreciado discretamente, mas captado em suas sutilezas.

O modelo penitenciário há de penetrar o espaço institucional das escolas e fábricas. Segundo Foucault, se a prisão é um local privilegiado para a análise é porque nela o poder aparece com todo seu esplendor.

A instituição prisão é, de longe, um iceberg. A parte aparente é a justificativa: 'é preciso prisões porque há criminosos'. A parte escondida é o mais importante, o mais temível: a prisão é um instrumento de repressão social¹⁷.

Sem as máscaras habituais, coabitando as celas, nela o poder se investe como personificação da luta do Bem supremo contra o Mal. Reativação de uma espécie de maniqueísmo no discurso político moderno. A coação e a regulação da vida dos detentos sob o crivo da meticulosidade exaustiva, então, se justifica. A imagem mais emblemática deste primado de controle ininterrupto sobre os corpos é o *Panoptico* de Bentham, modelo arquitetônico projetado de modo a permitir a visualização dos prisioneiros sem que estes saibam se estão, em dado momento, sendo observados ou não. A eficácia deste dispositivo consiste em promover o controle com o mínimo de despesas, fazendo com que o prisioneiro se sinta vigiado pela virtualidade de estar sendo. O panoptismo há de esquadrihar os espaços escolares, o planejamento urbano, as circulações.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 9.

A generalização das disciplinas teriam propriamente fabricado uma individualidade-tipo no Ocidente moderno. A dura sentença foucaultiana parece, deste modo, inibir a possibilidade de sermos livres, já que o dispositivo *panoptico*, que se apresenta como mais visível dentre os ardis do poder, na maioria das vezes se sustenta sob a imagem da proteção contra temíveis poderes a espreitar os “homens de bem”. E mais, ante a força da ordem dos discursos, como ensejar uma ação livre se por todas as vias encontram-se condicionamentos que de antemão desqualificam possibilidades diversas de ser e agir? A este termo Foucault não define uma normatividade ética, e sim, procura estabelecer um diagnóstico da realidade a fim de que se possa plantear o que se nos parece melhor e o que pretendemos deixar de ser.

À sua filosofia ainda uma questão: como, ante a deliberação metodológica irradiada desde *As palavras e as coisas* se pode dar credibilidade a sua crítica, ancorada em um requerido distanciamento à moda dos etnólogos, se esta trata igualmente do discurso dominante da época em que ele, como crítico, está inserido e sendo por ela condicionado? O que o faz ser mais verdadeiro, ou liberto das cadeias que compõem o arcabouço que diagnostica? A este tema Foucault não se arroga a pretensão de proferir uma verdade cabal, de caráter apofântico, antes situa suas investigações na descrição de arquivos que se lhe tornaram acessíveis no contexto donde irrompeu uma forma de análise que em certa medida se aproxima do estruturalismo. Construindo negações e acréscimos ao seu próprio trabalho ao longo de suas pesquisas, sob a única imposição de permitir-se não permanecer sempre o mesmo, Foucault deve ser lido como um filósofo que problematiza o presente.

Referências bibliográficas:

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010).

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Ditos e escritos I. Problematização do sujeito: psiquiatria, psicologia e psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, R. *Ciência e saber. A trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

VEYNE, P. *Foucault, seu pensamento sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.